

2014

ENSAIO EUROPA

ENSAIOEUROPA

Iniciativa do centro de informação Europe Direct Porto que dá à estampa as ideias dos cidadãos sobre a União Europeia, escolhendo o mais criativo dos textos submetidos a concurso.

Em 2014, na primeira edição do Ensaio Europa, os cidadãos foram desafiados a escrever sobre a Europa, a Cidadania e o Futuro.

O Europe Direct Porto é o centro de informação europeia da região do Porto, existe desde 2005 e é dinamizado pela Câmara Municipal do Porto, em parceria com a Comissão Europeia.

Cofinanciado pela
União Europeia



Europa ou a aprendizagem do desassossego

Vânia Rodrigues

2014

**ENSAIO
EUROPA**

**Europa
ou a aprendizagem
do desassossego**

Vânia Rodrigues

Europa ou a aprendizagem do desassossego

(um texto que começa em Sagres, evolui para folhetim de gestão cultural e termina numa não muito convencida insurreição utópica)

Escrevo este texto numa pausa de férias, perto de Sagres, um dos pontos mais ocidentais da Europa. Foi aqui que o Infante D. Henrique fundou a escola que contribuiu para a descoberta do mundo. Foi aqui que começou a globalização. Apesar do seu passado glorioso, Sagres é hoje uma vila pequena, a sul de Portugal, onde moram menos de duas mil pessoas. Em certo sentido, no entanto, este continua a ser um lugar aberto ao mundo: o Algarve é uma das regiões turísticas preferidas dos europeus e há mesmo um número considerável de estrangeiros (especialmente britânicos e alemães) que escolhem o suave calor do sul para viver placidamente os seus anos de reforma.

Da mesa onde escrevo, vejo a costa recortada que é portuguesa mas poderia ser espanhola, ou grega, ou italiana ou turca. Lugares onde a Europa está à beira-mar, desempregada, zangada e confusa, onde as fronteiras são de água salgada e nos separam, quase sempre implacavelmente, dos africanos. Começamos a suspeitar. Algo está podre no reino da Dinamarca. De que falo? Da atitude incompreensivelmente isolacionista da Europa face ao continente africano? Da assustadora taxa de desemprego jovem? Da inadmissível taxa de risco de pobreza em Portugal? Das guerras à porta da Europa? Da corrupção política e económica? Da risível taxa de participação eleitoral, em praticamente todas as eleições em países da União Europeia? Falo disto tudo, penso nisto tudo, seguramente. Esta é a Europa que me interessa. Mas este não é um texto sobre os falhanços - europeus nem portugueses, nem mais um lamento pessimista – nunca quis fazer parte do coro dos fatalistas, seja em que matéria for. Pelo contrário, gostaria de contrapor à ideia de uma Europa inevitavelmente condenada ao declínio e ciclicamente tentada pela barbárie, a ideia da Europa como um *espaço de inteligência em estado de liberdade*. Essa é a Europa que me interessa. A expressão não é minha, é de Paul Valéry, mas peço-a emprestada porque ela traduz com

impressionante eficácia o que desejo para a Europa.

A Europa que desejo, admito, não está sempre na primeira linha das minhas preocupações cívicas. Trabalho no sector da cultura e das artes: os meus dias passam-se ora a escrever e a pensar, sozinha, ora em reuniões e em diálogo com artistas, gestores e produtores culturais, directores artísticos, vereadores da cultura e outros responsáveis autárquicos, gestores de projecto, investigadores. Pessoas cujo quotidiano se inscreve no campo cultural. Este é naturalmente um campo profissional cuja matéria de trabalho é permanentemente atravessada pelas questões políticas e sociais que marcam as sociedades contemporâneas. Não raras vezes, as obras que produzem, ajudam a produzir, sobre as quais escrevem e ensinam, reflectem as tensões presentes na esfera pública europeia, de forma mais ou menos directa. É também uma área cujas práticas de trabalho estão intrinsecamente dependentes da troca constante de ideias e projectos entre países europeus; muitos integram projectos e instituições culturais cujo modelo de sustentabilidade assenta largamente em plataformas de cooperação europeia; corporizam importantes fluxos de mobilidade intra-europeia e de interdependência económica.

Não imaginemos, porém, estes trabalhadores da cultura como grupos de intelectuais, suspirando, nostálgicos, pela memória dos 'intelectuais universais', com as suas mundividências (e os seus erros...); antes de um grupo de pessoas que entende que a cultura é um ingrediente fundamental da construção de sociedades (mais) democráticas e exigentes. Especialistas nas suas respectivas áreas, conscientes do nosso relativo lugar de privilégio social em sociedades profundamente desiguais, não nos conformamos com a ideia de que produzir saber, arte e cultura seja apenas dominar um campo intelectual autónomo, ocupando mais ou menos confortavelmente o nosso lugar no sector e integrando a nossa voz no discurso das indústrias e actividades criativas; antes encaramos esse lugar – o da produção de conhecimento e o da criação artística – como o mais fabuloso instrumento de cidadania, a mais poderosa arma de que sempre dispusemos para questionar constantemente a realidade, como o mais eficaz meio de *aprendizagem do desassossego*.

Ultimamente tenho trabalhado quase exclusivamente com teatro e com teatros. Participo e testemunho o trabalho que os espectáculos dão a fazer, a pensar, a imaginar, a ensaiar, a comunicar. Em cada

um deles – seja qual for o seu tema, seja qual for a sua linguagem – há, mais ou menos implícita, uma visão de mundo. Os actores, encenadores, dramaturgos, técnicos, cenógrafos, trabalham arduamente para testar uma possibilidade dramática, cénica, estética, política, para produzir uma experiência de vivência colectiva – mesmo que apenas para durar uma hora e meia. Trabalham muito, apaixonadamente, quase sempre com recursos insuficientes e muitas vezes em condições precárias. São, demasiadas vezes, tratados com condescendência pelo poder político – que alterna esquizofrenicamente entre glorificar a sua capacidade de produção simbólica e representação identitária nacional (o que quer que isso seja) e acusá-los de improdutividade e de subsídio-dependência. Os equívocos acumulam-se, de parte a parte. A atitude de desconfiança ou, simplesmente, de desinteresse dos artistas pela política tem uma justificação histórica plausível: as artes e a cultura sempre foram (até certo ponto...) utilizadas pelo poder político: nos regimes totalitários, enquanto meios directos de comunicação e propaganda, em democracia através de formas mais discretas de instrumentalização, nem sempre facilmente discerníveis, ou através da incorporação do ‘valor da cultura’ no discurso político *mainstream* sem que a isso tenham

correspondido, no passado mas também actualmente, na maioria das vezes, políticas culturais mais abrangentes, inovadoras e/ou reforçadas em termos orçamentais. Esta tentação da instrumentalização é um facto histórico indissociável tanto dos processos de construção identitária dos Estados-nação como, posteriormente, da crescente preponderância da imagem, da marca, do 'produto' nos hábitos de consumo das sociedades ocidentais. (Não há aqui qualquer exercício de inocência: sempre houve, e provavelmente sempre haverá, artistas que aceitaram integrar as formas de comunicação de massa e que conviveram aparentemente bem com a proximidade do poder político. São, porém, muito poucos. A maioria continua a dançar, às vezes atrapalhadamente, ao som de outra música.)

Se deixarmos os artistas, e nos concentrarmos nas instituições culturais, a situação não é muito diferente: habituadas a exercerem um papel de representação (nacional, regional, local) e a actuar enquanto mediadoras entre o poder e os cidadãos, são hoje surpreendidas pela relativa erosão da sua esfera de influência, pelo fim do monopólio institucional da criação, do conhecimento e da difusão cultural, pela crescente participação dos

públicos e dos consumidores nos processos produtivos e de comunicação. Trata-se, na verdade, de uma oportunidade sem precedentes de amplificação do espaço público enquanto espaço de partilha e de pertença colectiva. Uma oportunidade que nós, cidadãos europeus precisamos urgentemente que seja aproveitada por ambos: criadores e mediadores. Não se advoga, obviamente, que em tempos de crise (não me refiro à económica) a arte tenha que ser literalmente política, nem que teatros, museus e centros culturais se transformem em clubes de debate. Apenas que ambos assumam plenamente as suas vozes como necessárias para construir uma sociedade democrática. Que as instituições e iniciativas culturais invistam, mais e mais, os seus recursos e energias no reforço das suas relações com os cidadãos, mais do que em negociar as suas relações com o Estado (que ainda é, demasiadas vezes, o seu foco). Que os criadores possam ter melhores condições para criar: para construir, destruir, contestar, concordar. Para nos convencerem de que ‘a realidade está mal feita, que está muito aquém daquela ficção que somos capazes de inventar.’¹ Só isso, politicamente, já basta. Nas palavras do

¹ Mario Vargas Llosa em entrevista ao Jornal Público, publicada a 26 de Julho de 2014.

ex-eurodeputado Rui Tavares: “Aquilo de que as pessoas se esquecem acerca da democracia é que é sempre conquistado a partir de baixo. A democracia (...) é uma coisa que temos de conquistar também com a nossa imaginação.”²

Esta capacidade que as artes e cultura têm de nos ajudar a lidar com a complexidade, a perspectivar outros destinos pode ser entendida, igualmente, como uma necessidade humana básica: a de tentar ser feliz.

No contexto de desvitalização e perda de soberania política, de estados de excepção convocados em nome de uma crise económica sem resolução aparente, de fragmentação do tecido social, aliada à crescente fragilidade na sustentabilidade ecológica e de recursos, a União Europeia deveria, com efeito, organizar cimeiras, não sobre a crise da dívida pública, mas sobre a ideia de Felicidade. Os Chefes de Governo e os Eurodeputados deviam estudar e propor alternativas contemporâneas para modos de “Felicidade em Comum”. Nos tempos que correm, e se não querem

² Tavares, Rui, in ‘A ironia do projecto europeu’, Tinta da China, Lisboa, 2012.

perder a atenção dos cidadãos por completo, seria útil que ousassem sair da cartilha do enfado, dos impasses mais do que previsíveis, dos discursos vazios de sentido porque vazios de consequência, que se arriscasse a proposta transgressora de reflectir colectivamente acerca da ideia de felicidade. Não se trata de uma proposta esotérica, mas de uma desafiante reflexão filosófica e política a que um projecto cívico como a União Europeia não deveria furtar-se.

O recente desenvolvimento da história do mundo tardo-capitalista tem vindo a demonstrar a necessidade de resgatar esta ideia aparentemente básica – como podemos ser felizes juntos? - mas alienada pela prática da designada *realpolitik* globalizada.

Os indicadores de felicidade são cada vez mais dependentes da capacidade financeira de consumo de bens ou aquisição de experiências. Neste seguimento, e em resposta a uma certa neurose quotidiana, o indivíduo contemporâneo encontra compensação na ampliação hedonista dos campos de experimentação de si próprio, e do mundo, até à fractura e ao abismo (Sloterdijk). Numa sociedade fixada no Ego, a promoção do

individualismo tem consequências no jogo social contemporâneo. Na esfera do político, por exemplo, assiste-se a uma crescente indistinção entre economia e política, com uma clara perda de soberania desta última. Isto acarreta consequências óbvias na necessidade de repensar a eficácia e o desenho do sistema político dominante, de discutir alternativas de cidadania e participação, da construção de espaços públicos enquanto espaços de troca e conexão real de pensamento, potenciadores de uma ética renovada.

Mas contra este capitalismo agressivo bastará uma ‘ética renovada’? Provavelmente não. A proposta actual é de tal forma hegemónica, que exige que forjemos novos conceitos, que sejamos capazes de resgatar utopias. Para esta tarefa dependemos apenas de nós próprios. Mario Vargas Llosa não tem dúvidas: “Os heróis discretos são a grande reserva moral de um país”³. Não será fácil: a geração europeia mais qualificada de sempre, produto de sistemas de ensino cada vez mais “eficazes”, está paradoxalmente a perder o contacto – por inúmeras razões - com o legado humanista que está na base fundacional da Europa. O preço a pagar por tal desatenção pode ser elevado.

³ Mario Vargas Llosa, *ibidem*

Também é verdade que a civilização europeia sabe que a utopia é desencanto. E que haverá de imediato quem acene com todas as utopias falhadas do passado. Esquecem-se, porém, porventura, que o essencial do pensamento utópico não é a concretização de uma nova ordem social, antes o exercício de uma imaginação exigente:

“[La utopía] Está en el horizonte. Me acerco dos pasos, ella se aleja dos pasos. Camino diez pasos y ella se corre diez pasos más allá. Por mucho que yo camine nunca la alcanzaré. Para qué sirve la utopía? Para eso sirve: para caminar.”

Nesta entrevista, o escritor Eduardo Galeano dá uma das mais poéticas e contundentes definições de utopia que já tive ocasião de ler e dá-lhe um enquadramento justo: o da *imaginação exigente* que acabei de referir. Apesar do contexto de crise económica, social e política, a Europa tem hoje, ainda, todas as condições para se reinventar. Não tenho dúvidas de que para isso precisa de todos os espíritos inquietos, do vizinho de cima, do vizinho de baixo, dos irónicos, dos utópicos, dos cépticos, dos que

escrevem blogues, dos que se manifestam, dos que ficam em casa, de todos os que se importam. Os desafios são enormes: temos de sacudir a poeira tecnocrática, proibir a linguagem absurda, enfrentar o nacionalismo estúpido, derrotar os populistas. Fazer girar o globo, revolucionando a (perversa) noção de periferia, dentro e fora do continente europeu. Abrir-mo-nos – realmente – ao mundo.

É uma tarefa infinita, claro está.

Mas “quem tem de o fazer somos nós. Porquê? É muito simples. Porque os marcianos não virão cá fazer por nós. Porque os mortos já não podem. Porque os vindouros ainda não podem. Não há mais ninguém: tudo depende de nós.”⁴ Assim será a Europa: um espaço colectivo de crença e descrença, de negociação permanente de rumo, um espaço colectivo de felicidade como nunca houve outro na História, porque baseado no respeito pelos direitos humanos, na reinvenção permanente da democracia e na sofisticação do conceito de cidadania.

⁴ Tavares, Rui (op.cit).

AAUTORA



Vânia Rodrigues é Gestora Cultural.

Assessora para a programação e gestão da companhia de teatro *mala voadora* e Assessora estratégica da *Artemrede – Teatros Associados*.

Licenciada em Estudos Europeus pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (2001) e Mestre em *Políticas Culturais e Gestão Cultural* pela City University London (2009).

Contact Person do ENCATC (European Network on Cultural Management), membro do Grupo Estratégico da rede Europeia *A Soul for Europe* e membro da *European House for Culture*.

TÍTULO Ensaio Europa 2014 - Europa ou a aprendizagem do desassossego

AUTORIA Vânia Rodrigues

EDIÇÃO E CONCEÇÃO Câmara Municipal do Porto | Europe Direct Porto

IMPRESSÃO Gráfica Maiadouro, S.A.

TIRAGEM 500 exemplares

DATA Dezembro de 2014

ISBN 978-972-9147-87-6

IMPRESSO EM PAPEL RECICLADO

O conteúdo do ensaio vincula exclusivamente a sua autora, não representando a opinião da União Europeia, da Câmara Municipal do Porto ou do Europe Direct Porto.

EUROPE DIRECT PORTO

HORÁRIO

segunda a sexta-feira
09h30-13h00 e 14h30-17h00

ATENDIMENTO PRESENCIAL

Gabinete do Município
Praça do General Humberto Delgado, 266
4000-286 Porto

CORREIO ELETRÓNICO

europedirect@cm-porto.pt

TELEFONE

(+351) 222 090 412

SÍTIOWEB

<http://balcaovirtual.cm-porto.pt/PT/europedirect>

REDE SOCIAIS

FACEBOOK www.facebook.com/EuropeDirectPorto

TWITTER www.twitter.com/EDirectPorto

YOUTUBE www.youtube.com/EuropeDirectPorto

PREZI www.prezi.com/user/EuropeDirectPorto